



FINANCEIRIZAÇÃO, MEIO AMBIENTE E CRISES: O ECOSOCIALISMO COMO SOLUÇÃO?

FINANCIALIZATION, ENVIRONMENT AND
CRISES: IS ECOSOCIALISM THE SOLUTION?

Lucas Lira de Menezes*
Carolina Pereira Madureira†

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido na disciplina de Economia Política do Desenvolvimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), revisa bibliografias sobre financeirização, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Seus objetivos são: (1) analisar a relação entre financeirização e crises, e (2) discutir o desenvolvimento e o meio ambiente, considerando o ecossocialismo como alternativa. Dito isso, a pesquisa questiona se o ecossocialismo poderia interromper o desmatamento causado pelos regimes capitalistas de acumulação. Assim, a hipótese permanece inconclusiva, mas indica que, mesmo sob um regime socialista voltado para a preservação ambiental, o desmatamento e problemas como o aquecimento global ainda ocorreriam. No entanto, sem a pressão capitalista pela acumulação, essas práticas e seus impactos seriam reduzidos drasticamente. O estudo é relevante para as Ciências Humanas e Sociais, ao contribuir com debates contemporâneos sobre questões ambientais e econômicas.

Palavras-chave: Financeirização; Meio ambiente; Ecossocialismo.

* Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Núcleo de Estudos sobre Sustentabilidade Ambiental e Social (NESSAS). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Email: lucas_lira_menezes@hotmail.com.

† Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente do Departamento de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro do Núcleo de Estudos sobre Sustentabilidade Ambiental e Social (NESSAS). Email: carolina.madureira@urca.br.

ABSTRACT

This paper, developed in the course Political Economy of Development at the Federal University of Bahia (UFBA), reviews bibliographies on financialization, the environment, and sustainable development. Its objectives are: (1) to analyze the relationship between financialization and crises, and (2) to discuss development and the environment, considering ecosocialism as a potential alternative. In this context, the research questions whether ecosocialism could halt deforestation driven by capitalist accumulation regimes. Thus, the hypothesis remains inconclusive but suggests that even under a socialist regime focused on environmental preservation, deforestation and issues such as global warming would still occur. However, without the capitalist pressure for accumulation, these practices and their impacts would be drastically reduced. The study is relevant to the Humanities and Social Sciences as it contributes to contemporary debates on environmental and economic issues.

Keywords: Financialization; Environment; Ecosocialism.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da disciplina de Economia Política do Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia. Enquanto um trabalho avaliativo, referente ao módulo da disciplina denominado de "Financeirização, Meio Ambiente e Crises", possui o objetivo geral de revisar a bibliografia de especialistas da Economia, Meio Ambiente e demais Ciências Humanas e Sociais que trabalham com as temáticas de financeirização, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Para isso, o trabalho possui dois objetivos específicos, que serão organizados como os tópicos centrais do referencial teórico da obra em questão: (1) explicitar sobre a financeirização e as crises e (2) discutir sobre as temáticas de desenvolvimento e meio ambiente, com o ecosocialismo como possível alternativa de resolução.

Isso posto, buscando refletir sobre a destruição do meio ambiente por meio dos vieses capitalistas, corroborados pelas noções de desenvolvimento, que se atrelam às temáticas de sustentabilidade, o estudo possui a seguinte pergunta norteadora: Com a aplicação do Ecosocialismo enquanto alternativa

ao desenvolvimento sustentável capitalista, o desmatamento promovido pelos regimes de acumulação se estagnaria?

Assim, a hipótese do trabalho é inconclusiva, uma vez que se trata de um trabalho em andamento. Porém, ao que as fontes abordadas indicam é que, por mais que haja uma aplicação de um regime socialista focado na preservação do meio ambiente, ainda assim haveria formas de desmatamento que prejudicariam o meio ambiente e contribuiriam com catástrofes ambientais, como o aquecimento global.

No entanto, sem as propagações de necessidade de acumulação promovidas pelos regimes capitalistas, haveria uma drástica redução dessas práticas e, logo, dessas conclusões desastrosas. Portanto, o trabalho se configura enquanto relevante na área das Ciências Humanas e Sociais no geral, uma vez que visa contribuir com os estudos das temáticas ambientais e econômicas, tão em pauta nos dias atuais.

2 FINANCEIRIZAÇÃO E CRISE

Para o primeiro tópico "Financeirização e crise", foram discutidos os textos "Gestão da riqueza e transformações do mundo do trabalho: a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança", de Paulo Fracalanza e Lício Raimundo (2010), "Uma reflexão sobre a financeirização", de Ilan Lapyda (2023) e "Uma crítica da ideia de financeirização", de Eleutério Prado (2023).

Buscando explicar sobre a temática central do tópico em questão, Fracalanza e Raimundo (2010) norteiam sua obra com as perguntas:

Quais são as transformações que nos permitem compreender a dissociação entre o crescimento econômico e a geração de empregos no capitalismo contemporâneo? Em que medida e por quais mecanismos a geração de valor, no momento atual, passa ao largo da utilização de uma massa crescente de força de trabalho? Em que dimensão e por

quais caminhos as estratégias contemporâneas de gestão da riqueza se afastam da mobilização crescente de contingentes de trabalhadores e, com isso, moldam um universo institucional diverso daquele no pós-guerra? (Fracalanza; Raimundo, 2010, p. 39).

Para isso, a primeira parte do trabalho dos autores gira em torno da permanência e mudança em um contexto onde acredita-se que a forma de gestão da riqueza na sociedade contemporânea, garante um regime de acumulação. Dessa forma, esse regime produz, além do valor, a sua valorização, sendo reproduzido socialmente ao ponto de criar uma dinâmica que tem como objetivo reduzir a força de trabalho a uma "base miserável de valorização", moldando o metabolismo social junto com o capital financeiro fictício e os seus juros (Fracalanza; Raimundo, 2010).

Portanto, mencionando os autores da Escola da Regulação, Fracalanza e Raimundo (2010) pontuam cinco dimensões institucionais típicas dessa reprodução sistêmica do modo de produção capitalista:

i. as formas da concorrência intercapitalista; ii. a dimensão do Estado-Nacional e as formas concretas de sua atuação; iii. o modo pelo qual se faz a gestão da moeda e do crédito; iv. as relações internacionais entre Estados e entre estes e os principais agentes que atuam no cenário internacional e; v. as relações de classe que podem ser consubstanciadas nas formas concretas assumidas nas relações de trabalho e nos mecanismos de distribuição da renda (Fracalanza; Raimundo, 2010, p. 40).

Todavia, assume-se que o regime de acumulação está em presença de um modo de desenvolvimento dotado de estabilidade dinâmica, buscando uma melhora na posição da apropriação da riqueza social (Fracalanza; Raimundo, 2010).

Por conseguinte, os autores fazem uma contextualização histórica sobre a ascensão e solidificação desse modelo de acumulação capitalista perante as

sociedades em âmbito global. Começando pelo pós-guerra, afirmando que foi um estágio da acumulação que ocorria através de choques e tensões, eles afirmam que a crise dos anos 30 marcaram uma mudança significativa do imediatismo nas formas institucionais (Fracalanza; Raimundo, 2010).

Assim, o desenvolvimento pleno do capitalismo foi desenvolvido à sua plena capacidade do fim dos anos 40, à metade dos 70. No entanto, as tensões que estavam ocorrendo no cenário global, nos anos 70, tornava necessário a intensificação do combate às estruturas associadas à sustentação dos Estados de Bem-Estar Social (Fracalanza; Raimundo, 2010).

No mais, no tópico sobre o regime de acumulação liderado pela finança, os autores começam afirmando que este começou a ter as suas principais características construídas com o fim dos arranjos de Bretton Woods, e para o seu pleno entendimento, se faz necessária uma compreensão do conceito de modo de produção. Dito isso, os autores se preocupam em desenhar uma configuração econômica, política e social, para explicar tal fato, passando desde a concentração de riqueza até a forma de gerir as poupanças dos trabalhadores, alinhada ao interesse do capital financeiro (Fracalanza; Raimundo, 2010).

Isso posto, o último tópico do trabalho dos autores é dedicado a essa questão específica, denominado de "Redundância do trabalho vivo no regime de acumulação liderado pela finança". Nesse tópico, os autores deixam claro que estão embasados nas ideias de Marx sobre o trabalho se tornando uma base miserável de valorização do capital. Portanto, dando enfoque nos avanços tecnológicos para o fortalecimento da financeirização até então esboçada, os autores exemplificam o marketing, branding e designs, como atividades em extensa medida "orientadas para a criação de novos produtos e o mais das vezes responsáveis pela maior agregação de valor, na análise das distintas etapas das cadeias globais de valor" (Fracalanza; Raimundo, 2010, p. 48).

Por fim, afirmam que:

Urgente se faz, portanto, identificar os eixos que dão sustentação ao atual regime de acumulação liderado pelas finanças e encontrar soluções políticas para os impasses por ele gerados. A alternativa a ser evitada é entregar à crise esse papel, algo inscrito na própria natureza do capital, segundo Marx (Fracalanza; Raimundo, 2010, p. 52).

Não obstante, ainda no quesito da financeirização, voltada para a temática central do módulo em questão, as obras de Ilan Lapyda (2023) "Uma reflexão sobre a financeirização", e "Uma crítica da ideia de financeirização", de Eleutério Prado (2023), também foram trabalhadas. Em seus artigos, Prado (2023) e Lapyda (2023) dialogam, uma vez que afirmam que a financeirização é um conceito amplamente discutido no contexto da crítica ao capitalismo contemporâneo, destacando uma transição do foco da produção de valor para a esfera financeira.

Para Prado (2023), essa mudança começou após a crise dos anos 70, conforme explicitado por Fracalanza e Raimundo (2010), supracitados. Esse início está associado ao advento do neoliberalismo e à liberalização dos sistemas financeiros. Portanto, para Lapyda (2023), o capitalismo se voltou cada vez mais para a acumulação de capital financeiro, com um aumento das dívidas e uma queda na taxa de lucro.

Ainda, Prado (2023) argumenta, mencionando críticos como Michael Roberts e Stavros Mavroudeas, que a validade e a utilidade do termo financeirização, podem ser interpretadas de maneira excessivamente ampla ou como uma simplificação inadequada das contradições estruturais do modelo capitalista. Assim, o autor vê a financeirização como uma evolução do capitalismo. Ou seja, uma nova forma na qual o capital financeiro assume um papel central na maximização da lucratividade, substituindo o capital produtivo como motor principal da economia (Prado, 2023).

Isto posto, o autor afirma que esse processo revela uma forma avançada de socialização do capital, onde as perdas e os riscos são coletivamente compartilhados. Portanto, o capitalismo, ao enfrentar uma crise profunda mar-

cada pela financeirização, globalização e mudanças climáticas, pode estar se aproximando do seu fim. Isso ocorre uma vez que coloca-se em questão a sobrevivência da humanidade e a capacidade das lutas políticas e sociais de moldar um novo futuro (Prado, 2023).

3 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: A ALTERNATIVA ECOSOCIALISTA

Já no que diz respeito ao segundo tópico, denominado "Desenvolvimento e meio ambiente: A alternativa ecossocialista", as obras escolhidas foram "A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável", de Rosana Freitas, Camila Nélsis e Letícia Nunes (2012) e "Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista" de Michael Lowy (2013).

Na obra de Freitas, Nélsis e Nunes (2012), com um tom crítico às concepções de desenvolvimento sustentável contemporâneas, as autoras dividem a obra em três momentos. O primeiro momento, denominado de "Capitalismo e destrutividade socioambiental", como o próprio título aponta, possui o objetivo de fazer essa conexão entre o regime capitalista ora trabalhado nesse estudo, com o desmatamento da flora e fauna internacional.

Nesse tópico, mencionando Marx e Engels, as autoras afirmam que a história das sociedades é marcada pela luta de classes, e a transição do feudalismo para o capitalismo trouxe novas formas de opressão e exploração, não apenas das classes sociais, mas também dos recursos naturais. Para elas, o capitalismo, ao priorizar a acumulação de riqueza, gerou uma "fatura metabólica" entre o homem e a natureza, prejudicando tanto a saúde dos trabalhadores, quanto a fertilidade dos solos (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Ainda, pontuam sobre a exploração colonial e a exploração de recursos naturais nos países do hemisfério sul, como característica dessa acumulação capitalista. Para as autoras, estas explorações foram cruciais para o enriquecimento da burguesia nos países desenvolvidos, intensificando a degradação ambiental. Por conseguinte, pontuam sobre a crise ambiental atual, fazendo

um destaque sobre ela estar intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista, sugerindo que uma mudança fundamental no sistema econômico ocorra para que haja um enfrentamento da crise ecológica na contemporaneidade (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Por conseguinte, adicionando um prefixo "in" entre parênteses, para se referir ao desenvolvimento sustentável, fazendo uma crítica na terminologia, apontando incongruências do termo, as autoras começam o próximo tópico denominado de "A crítica ao desenvolvimento (in)sustentável. Neste tópico, as autoras pontuam sobre a criação do conceito de desenvolvimento sustentável (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Segundo Freitas, Nélsis e Nunes (2012), o termo desenvolvimento sustentável foi introduzido pelo Relatório Brundtland em 1987, e tinha como objetivo equilibrar o crescimento econômico com a presença ambiental e a justiça social. Porém, o debate sobre essa conceituação revelou diversas críticas, principalmente entre os marxistas, que questionam sua viabilidade dentro do sistema capitalista, ainda predominante (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Para as autoras, a crítica predominante sobre essa questão no marxismo contemporâneo, é a respeito de como o desenvolvimento sustentável é concebido atualmente, não pode resolver as desigualdades estruturais e os problemas ambientais criados pelo capitalismo. Isso porque, segundo as autoras, as abordagens teóricas discutidas incluem a abordagem econômica-liberal de mercado, que compactua com a ideia de automação dos benefícios ambientais através do crescimento econômico, e a ecológica-tecnocrata de planejamento, que defende uma intervenção estatal prioritária (Freitas; Nélsis, Nunes, 2012).

Não obstante, no seu tópico conclusivo, chamado de "Incontrolabilidade do sistema e subserviência coletiva: a título de considerações finais", as autoras fazem um aparato geral dos pontos mais importantes trabalhados por elas durante o texto. Segundo Freitas, Nélsis e Nunes (2012), no capitalismo tardio, as contradições e os impactos destrutivos do sistema se tornam

mais evidentes, especialmente na forma como os países periféricos sustentam a acumulação de riqueza nos países centrais, por meio da exploração econômica e da pilhagem.

Portanto, por se ter ciência de que a produção industrial na contemporaneidade, intensifica os danos ambientais, como a escassez de recursos e a poluição, e sabendo que o capitalismo tenta se adaptar, promovendo uma imagem verde que esconde a sua verdadeira natureza exploradora, as autoras pontuam que a crítica marxista argumenta que o desenvolvimento sustentável falha em questionar essa estrutura capitalista subjacente e que soluções superficiais apenas fortalecem o sistema existente. Por fim, reiteram que a verdadeira sustentabilidade exige a superação do capitalismo e a adoção de um novo modo de produção, mais ético e ecológico (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012).

Dessa forma, conversando com os outros textos trabalhados no módulo, o último artigo estudado é o do Michael Lowy (2013), intitulado "Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista". Reiterando sobre as medidas keynesianas e o modelo capitalista que contribui com o desmatamento ambiental para poder seguir com o seu regime de acúmulo, o texto também faz referência ao modelo de funcionalidade do capitalismo com as concepções de desenvolvimento sustentável (Lowy, 2013).

Para o autor, a crise econômica e a crise ecológica, são resultados do mesmo fenômeno, do sistema capitalista que transforma tudo em mercadoria, financeiriza tudo. Quando o autor utiliza a expressão "tudo", ele quer realmente pontuar todos os elementos presentes na sociedade, sejam os produzidos pelo homem, quanto aqueles que já existem pela natureza, desde antes da existência do ser humano: terra, água e ar, por exemplo (Lowy, 2013).

Destarte, partindo desse pressuposto, Lowy (2013) afirma que é preciso pensar em uma alternativa radical que possa bater de frente com esse modelo desenvolvimentista do capitalismo. Essa alternativa seria o ecossocialismo,

que seria uma proposta visando uma convergência entre as reflexões ecológicas, marxistas e socialistas. Portanto, o mesmo afirma que o ecossocialismo é uma reflexão crítica a ecologia capitalista, pois esse modelo de se trabalhar a ecologia é um modelo reformista, que acredita na possibilidade de transformar o capitalismo, transformando-o em um capitalismo mais "verde" ou que seja mais respeitoso ao meio ambiente (Lowy, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou abordar sobre as correlações entre a financeirização e o regime de acumulação capitalista com as catástrofes ambientais. Para isso, se fez necessário abordar as críticas relacionadas às noções de desenvolvimento sustentável, que mascaram a financeirização presente na propagação dos ideais de desenvolvimento impostas pelos regimes capitalistas, dentro da ótica da sustentabilidade.

Assim, a alternativa ecossocialista surge como uma forma de combater essas questões supracitadas, pensando em uma forma coesa de fazer o meio ambiente se relacionar de forma mais harmônica com a sociedade. Ou seja, um socialismo que pensa e aplica, de maneira efetiva, a preservação do meio ambiente e, logo, evita e/ou diminui as catástrofes ambientais que vêm ocorrendo de maneira desenfreada e acelerada.

Para isso, buscou responder a seguinte pergunta-problema: Com a aplicação do Ecossocialismo enquanto alternativa ao desenvolvimento sustentável capitalista, o desmatamento promovido pelos regimes de acumulação se estagnaria? Com esse objetivo, foi aplicada uma metodologia qualitativa de revisão de literatura, através de um levantamento bibliográfico de cientistas e estudiosos no geral de renome nas áreas da Economia, Meio Ambiente, Relações Internacionais, assim como as demais Ciências Humanas e Sociais.

Não obstante, ressalta-se que a pesquisa em questão é uma pesquisa em andamento, por isso não possui uma hipótese findada, com resultados conclusivos. Por fim, justifica-se a relevância do estudo em questão por se tratar de

temáticas como meio ambiente e economia, que são pautas atuais e emergenciais na conjuntura política e social atual, tanto nacional, quanto internacionalmente.

5 REFERÊNCIAS

FRACALANZA, Paulo Sérgio; RAIMUNDO, Lício da Costa. Gestão da riqueza e transformações do mundo do trabalho: a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 26, jun. 2010, p. 38–55. [⟨https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/912⟩](https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/912).

Freitas, Rosana de Carvalho Martinelli; Nélsis, Camila Magalhães; Nunes, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012, p. 41–51. [⟨https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWFWtHXHYMMMPKz5YtQB/?format=pdf⟩](https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWFWtHXHYMMMPKz5YtQB/?format=pdf).

LAPYDA, Ilan. Uma reflexão sobre a financeirização. *A Terra é Redonda*, blog, 16/08/2023. [⟨https://aterraeredonda.com.br/uma-critica-da-ideia-de-financeirizacao/⟩](https://aterraeredonda.com.br/uma-critica-da-ideia-de-financeirizacao/).

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, 67, jan./abr. 2013, p. 79–86. [⟨https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19492⟩](https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19492).

PRADO, Eleutério. Uma crítica da ideia de financeirização. *A Terra é Redonda*, blog, 30/07/2023. [⟨https://aterraeredonda.com.br/uma-critica-da-ideia-de-financeirizacao/⟩](https://aterraeredonda.com.br/uma-critica-da-ideia-de-financeirizacao/).